

O QUE SÃO “PRÁTICAS INFORMACIONAIS”?

WHAT ARE "INFORMATION PRACTICES"?

Carlos Alberto Ávila Araújo
UFMG

RESUMO

O objetivo deste texto é apresentar a perspectiva de estudos de usuários da informação que se desenvolve a partir do conceito de “práticas informacionais”. Para isso, inicialmente, é apresentado o quadro intelectual das ciências humanas e sociais de onde o conceito de origina. A seguir, apresenta-se um histórico dos estudos de usuários a partir das noções de “estudos de uso” e “comportamento informacional”, evidenciando-se em que a abordagem das práticas informacionais diferencia-se destas. Por fim, são apresentados e discutidos alguns estudos recentes em práticas informacionais como forma de se compreender a especificidade desta abordagem.

Palavras-chave: Práticas informacionais. Estudos de Usuários da Informação. Sujeito Informacional.

ABSTRACT

The objective of this text is to present a perspective of studies on information users that develops from the concept of "information practices". For this, initially, we present a framework of the human and social sciences from where the concept originates. The following is a history of the studies of users with the notions of "use studies" and "information behavior", evidencing that the approach of information practices differs. Finally, some recent studies in informational practices are described and discussed as a way to see the specificity of this approach.

Keywords: Information Practices. Studies on Information Users. Information Subject.

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, com este texto, apresentado como conferência no I ENEU, Encontro Internacional de Estudo de Usos e Usuários da Informação, cabe agradecer e parabenizar a equipe organizadora, composta por docentes, alunos e funcionários do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará. Trata-se do primeiro evento específico de usuários da informação realizado no país, o que por si só já representa um mérito enorme.

Nesse sentido, pretende-se aqui desenvolver uma contribuição a partir da apresentação do conceito de “práticas informacionais”, que vem sendo utilizado em várias pesquisas nos últimos anos. Sabe-se que o campo de estudos sobre os usuários da informação é uma área pesquisa surgida na década de 1930, sendo que se desenvolveu, desde então, uma extensa tradição de estudos, denominada por vezes abordagem tradicional, abordagem positivista ou ainda “estudos de uso”. Na década de 1980, o campo conheceu uma significativa renovação conceitual, com a chamada abordagem alternativa, também conhecida como abordagem cognitiva ou estudos de “comportamento informacional”. Nos últimos anos, uma nova proposta de pesquisa vem se desenvolvendo. Ela tem recebido distintas denominações, tais como “social”, “sociocultural”, “interacionista” ou “construtivista” (ARAÚJO, 2016). Nesta abordagem, o elemento central é o conceito de “práticas informacionais”. Para compreendê-lo, é necessário caracterizar o tipo de movimento intelectual que marca essa perspectiva, bem como o entendimento que é feito tanto de “usuário” (sujeito, indivíduo) como de “informação” (e conhecimento). Nesse texto, busca-se apresentar o quadro teórico que marca, no âmbito das ciências humanas e sociais, esse tipo de movimento intelectual, bem como situá-lo no contexto da trajetória do campo de estudos de usuários da informação.

2 O QUADRO INTELECTUAL

A proposta de pesquisa em torno da ideia de “práticas informacionais” tem origem no quadro intelectual das ciências humanas e sociais tomadas como um todo, quadro esse marcado pela existência de distintas escolas ou tradições de pesquisa que se

estruturam em torno de determinadas concepções. Lallement (2004) apresenta uma sistematização dessas tradições, identificando a existência de três grandes posturas intelectuais: as teorias voltadas para o ordenamento social, isto é, para a integração e a lógica de funcionamento do sistema social tomado como um todo (vertente na qual se encontram o culturalismo, o funcionalismo e o estruturalismo); as teorias voltadas para as contradições do social, isto é, que examinam a vida humana a partir de um ponto de vista macroscópico, como a vertente anterior, mas com ênfase nos conflitos que a perpassam e a estruturam (marxismo, pós-marxismo e historicidade); e as perspectivas voltadas para a construção social, que tomam os indivíduos como ponto de partida das investigações, dando lugar preferencial para os atores (pragmatismo, interacionismo e etnomedologia). Tais tradições podem ser resumidas na construção de duas dicotomias: “ator/sistema” e “ordem/conflito”, embora, alerta o autor, “convém efetivamente evocar conjuntos não rígidos com variáveis que se entrecortam e não tanto territórios rigorosamente delimitados” (LALLEMENT, 2004, p. 8).

Uma outra maneira de se colocar a questão é apresentada por Corcuff (2001), que distingue as oposições clássicas presentes nas ciências humanas e sociais: entre idealismo e materialismo, entre sujeito e objeto e entre as dimensões coletiva e individual. Ele identifica, a partir disso, dois grandes movimentos intelectuais que buscaram, de alguma forma, superar essas dicotomias. O primeiro é composto por aqueles que buscaram partir das estruturas sociais para chegar às interações entre os indivíduos, isto é, buscaram ultrapassar as dicotomias, mas com certa predominância das estruturas sociais e dos aspectos macrosociais da realidade. Enquadram-se nesse movimento autores como Elias, Bourdieu e Giddens. O segundo é composto por aqueles que buscaram o contrário, partir das interações para chegar às estruturas sociais, entre os quais encontram-se Berger e Luckmann, Schutz, Cicourel, Garfinkel, Callon, Latour e Elster.

Um quadro parcialmente semelhante é apresentado por Bourdieu (1972), ao distinguir três modos por meio dos quais foram construídos os conhecimentos científicos sobre a realidade humana e social. O primeiro deles, apontado pelo autor, é o fenomenológico (representado pelo interacionismo simbólico e pela etnometodologia) que analisa as maneiras como o mundo é visto, pelos sujeitos, como algo natural, óbvio, evidente – e que ficaria, portanto, num nível subjetivo. O segundo é o objetivista, no qual se encontram o marxismo e o estruturalismo, que analisa as relações objetivas que

estruturam as práticas, de forma independente das consciências individuais. Tal abordagem negligenciaria o ponto de vista subjetivo dos agentes.

Na tentativa de superar as limitações de ambas tendências, Bourdieu (1996) propõe o que ele denomina abordagem “praxiológica”, que reposiciona o pesquisador, que passa ter como objeto de estudo o sistema de relações objetivas e também o processo de interiorização desse sistema sob a forma de disposições para a ação. Encontra-se aqui, por meio da expressão “praxiológica”, a ideia de “práxis”, isto é, o movimento mesmo por meio do qual os sujeitos agem no mundo e, como causa e também consequência dessa ação, constroem esse mesmo mundo. Essa é a ideia básica que fundamenta o conceito de “práticas” presente na expressão “práticas informacionais”.

O raciocínio que conduz essa ideia busca realizar uma crítica tanto ao subjetivismo quanto ao objetivismo no entendimento da ação humana. O subjetivismo pressupõe que a ação humana é sempre um produto da vontade de um sujeito consciente e capaz de se projetar no futuro, antecipando as consequências de suas ações. A ação então é resultado de projetos, preferências, escolhas, intenções e cálculos realizados por um indivíduo, portanto algo que pode ser explicado em termos individuais, o que significa também atribuir uma grande autonomia aos sujeitos. Na outra ponta, o objetivismo enxerga os atores como suportes mecânicos das estruturas, como que movidos de maneira inconsciente – suas ações compreendidas como simples execução de regras sociais, aplicação de significados dados externamente.

Como forma de superar tal dicotomia, e portanto desenvolver sua perspectiva praxiológica, Bourdieu desenvolve o conceito de habitus, que “fornece, ao mesmo tempo, um princípio de sociação e de individuação: sociação porque as nossas categorias de juízo e de ação, vindas da sociedade, são partilhadas por todos aqueles que foram submetidos a condições e condicionamentos sociais similares (assim podemos falar de um habitus masculino, de um habitus nacional, de um habitus burguês, etc.); individuação porque cada pessoa, ao ter uma trajetória e uma localização únicas no mundo, internaliza uma combinação incomparável de esquemas” (WACQUANT, 2017, p. 215).

Trata-se de um tipo de movimento intelectual marcado pelo pensamento relacional (tal como formulado por Cassirer), isto é, que busca sempre o “entre”, o movimento incessante entre o estruturado e o estruturante. É nesse sentido que estudar

as práticas informacionais constitui-se num movimento constante de capturar as disposições sociais, coletivas (os significados socialmente partilhados do que é informação, do que é sentir necessidade de informação, de quais são as fontes ou recursos adequados) e também as elaborações e perspectivas individuais de como se relacionar com a informação (a aceitação ou não das regras sociais, a negociação das necessidades de informação, o reconhecimento de uma ou outra fonte de informação como legítima, correta, atual), num permanente tensionamento entre as duas dimensões, percebendo como uma constitui a outra e vice-versa. É nesse local que se situam os estudos de práticas informacionais, dentro do quadro proposto por Lallement, Corcuff e Bourdieu.

Diversos outros autores compartilham da mesma proposta de movimento intelectual para a compreensão da realidade humana e social, cada um deles trazendo novos elementos e iluminando outros aspectos da questão. Considerando sua importância para a consolidação da perspectiva das práticas informacionais, cabe aqui mencionar três deles. O primeiro é proposto por Heller (1992). A pesquisadora húngara, preocupada com uma adequada compreensão do método marxista como uma ontologia do ser social, buscou opor-se tanto ao historicismo subjetivista (que dissolve as objetivações humanas em sua gênese social imediata) quanto às versões estruturalistas do marxismo (formalistas e sobretudo anti-históricas). Ela desenvolve as categorias de “individualidade” e “genericidade” na permanente tensão em que coexistem na “vida cotidiana”, isto é, a “vida de todo homem” (HELLER, 1992, p. 17), da qual ninguém consegue desligar-se completamente – não havendo, porém, quem viva tão-somente nela. Essa vida cotidiana é a vida do ser humano por inteiro, pois ele participa dela com todos os aspectos de sua individualidade, e é heterogênea, composta por distintos tipos de atividade (o trabalho, o lazer, o ambiente privado, o religioso). Nessas diferentes esferas sobressai o “valor”: tudo aquilo que, em qualquer das esferas humanas, relaciona-se com as possibilidades imanentes ao gênero humano. Esse “valor” identificado por Heller é algo objetivo, mas tem uma objetividade diferente da objetividade “natural”. Esse valor tem uma objetividade “social”: é independente das avaliações dos indivíduos mas não da atividade dos homens, pois é uma expressão e uma resultante das relações sociais. O exemplo que ela dá são os deuses, que realmente “existiram”, “agiram”, mas como realidades sociais, isto é, existiram, serviram de referência e provocaram consequências até mesmo para os que não acreditavam na

existência deles. E é esse tipo de “objetividade” apresentado por Heller que caracteriza os documentos, os registros de conhecimento, as fontes, serviços e sistemas de informação tal como compreendidos pela perspectiva das “práticas informacionais”: como elementos dotados de “valor” a partir da práxis dos sujeitos mergulhados nas distintas esferas que compõem a vida cotidiana.

O segundo é formulado por Certeau, que desenvolveu uma proposta de pesquisa que nasceu da “interrogação sobre as operações dos usuários supostamente entregues à passividade e à disciplina” (CERTEAU, 1994, p. 37). Recusando uma postura de entendimento da razão técnica com organizadora e controladora das pessoas e coisas em lugares, papéis e atividades, o pesquisador francês desenvolveu uma teoria e um método voltados para a valorização da inventividade dos atores, para os movimentos de escape do homem ordinário, para as astúcias, resistências e reapropriações por meio das quais o ser humano “inventa” o cotidiano. Central em sua argumentação é, portanto, o conceito de “táticas”, ao qual ele opõe o de “estratégias”.

O terceiro relaciona-se com o conceito de identidade, tal como formulado por Hall (2000; 2003). Para este autor, identidade é um conceito historicamente compreendido a partir de duas visões: uma como algo ligado às origens, às semelhanças, a uma unidade comum entre um grupo de pessoas – uma concepção essencialista, relativa àquilo que, por baixo das diferenças, costura e , cria unidade; e outra como permanente processo, algo que nunca se completa, sempre se construindo no terreno das representações. Identidade, assim, evoca mais questões sobre “o que nos tornamos” do que “o que somos”, o que convoca a um olhar atento para os pontos de similaridade, pontos esses instáveis de identificação, feitos por meio dos posicionamentos dos atores. “Usuários da informação”, nesta perspectiva, jamais poderiam ser entendidos como “essências” derivadas de atributos sociodemográficos. Por meio das identidades, e das táticas tal como formulado por Certeau, constroem-se o caráter ativo dos sujeitos mas também suas relações com o mundo e os demais sujeitos frente aos quais agem.

A questão das relações entre o individual e o social não é a única dimensão do movimento intelectual que marca a perspectiva das práticas informacionais. Uma segunda questão, igualmente importante e em certo sentido complementar, é a da natureza do processo de conhecimento efetivado pelo ser humano em relação ao real. Nesse sentido, uma contribuição fundamental é o trabalho de Piaget (1975), que desenvolve uma teoria na qual postula que o conhecimento não é simplesmente

adquirido. Antes, ele é produto de uma relação dialética entre dois processos: a acomodação e a assimilação, isto é, o movimento pelo qual o mundo adentra e constitui o sujeito, ao mesmo tempo em que o sujeito também constitui o mundo, enquadrando-o e o recortando. Nesse sentido, sujeito e objeto são constituídos em parceria, isto é, ao mesmo tempo num processo de conhecer. O sujeito age e interfere, na medida em que incorpora a sua experiência aos esquemas de interpretação já elaborados (assimilação), mas também quando modifica os seus esquemas para se aproximar melhor da realidade (acomodação).

Aquilo que Piaget chama “tomada de consciência”, um outro autor, numa perspectiva mais aplicada, chama de “processo de conscientização”. Trata-se de Freire (2017) que, ao formular uma teoria da prática pedagógica, também desenvolve um entendimento do caráter dialético do processo de conhecimento. Para o autor, não se trata de uma “transferência de conhecimento”, pois o ser humano não existe no mundo apenas “constatando” coisas, mas também agindo, se posicionando, o que “implica decisão, escolha, intervenção na realidade” (FREIRE, 2017, p. 75).

Essa visão do processo de conhecimento, na verdade, reforça a perspectiva anteriormente apresentada no âmbito das ciências humanas e sociais, pois também representa um tipo de movimento intelectual marcado pela busca do “entre”, de um campo de tensão entre elementos distintos e suas interações. No campo das práticas informacionais, essa ideia se traduz por meio do conceito de “apropriação”, que significa pensar que o conhecimento não é simplesmente algo transferido de uma pessoa para outra, algo que possui uma objetividade em si (um “dado”) que sai de um ponto e chega a outro da mesma forma. Nem é, o conhecimento, produto de uma acumulação, de uma “afetação” de algo externo a um determinado estado mental de um sujeito.

3 O HISTÓRICO DOS ESTUDOS DE USUÁRIOS: USOS E COMPORTAMENTOS

Os primórdios dos estudos de usuários podem ser identificados entre alguns estudos sobre frequência de uso de revistas, em diferentes disciplinas, realizados por, entre outros, Gross e Gross no ano de 1927, por Allen em 1929 e por Hooker em 1935, embora o início “oficial” deste campo seja normalmente associado com os estudos sobre uso de bibliotecas, realizados no âmbito da Universidade de Chicago, nos anos 1930. Rapidamente esses estudos passaram a ser utilizados como instrumentos de diagnóstico

em instituições de informação, como elementos de feedback para o sistema, por meio da determinação de taxas de uso de materiais (elemento orientador de políticas de desenvolvimento de coleções, determinando necessidades de aquisição e descartes). Outro marco significativo se deu na Royal Society Scientific Information Conference, em 1948, quando Bernal apresentou um estudo de como cientistas buscam e obtêm informações (o que liam, os motivos da leitura, o uso) e Urquhart apresentou outro sobre distribuição e uso da informação científica e tecnológica. Inaugurou-se aí um novo campo voltado para o estudo de usuários no ambiente de ciência e tecnologia.

Embora diferentes em alguns de seus objetivos e na empiria, as duas tradições compartilham de um mesmo modelo teórico, em torno da ideia de “uso” da informação, isto é, do acesso físico a itens e serviços informacionais, da caracterização desse uso (por frequência, por partes ou setores, por urgência, por grau de satisfação) e de sua decomposição por aspectos sociodemográficos dos usuários (por atributos “objetivos” tais como sexo, idade, profissão, renda, escolaridade, entre outros). A base conceitual se situa entre as noções de demanda, desejo, necessidade, uso e requisito, de um lado, e de fontes, serviços, sistemas e unidades de informação, de outro (LINE, 1974). Reunindo todas essas questões, e subjacente a elas, encontra-se a inspiração fundamental desta abordagem: o positivismo.

O modelo positivista consiste na aplicação dos mesmos métodos das ciências naturais (exatas e biológicas) aos fenômenos humanos e sociais. Como consequência de sua aplicação nos estudos de usuários, verificou-se uma preocupação, central, com o estabelecimento de leis do comportamento do usuário da informação, como, por exemplo, o princípio do menor esforço. O objetivo destas leis é estabelecer padrões de comportamentos invariáveis, isto é, válidos para diferentes contextos, em diferentes locais e épocas. Além disso, tais estudos procuraram “medir” o comportamento dos usuários. A maior parte dos estudos realizados na abordagem tradicional de estudos de usuários utiliza como técnica de coleta de dados o questionário, normalmente composto por perguntas com o objetivo de quantificar hábitos de comportamento de busca e uso da informação e verificar frequências de acesso e graus de satisfação. Assim, quase todo estudo de uso apresenta uma série de tabelas em que são analisados quantitativamente os resultados encontrados.

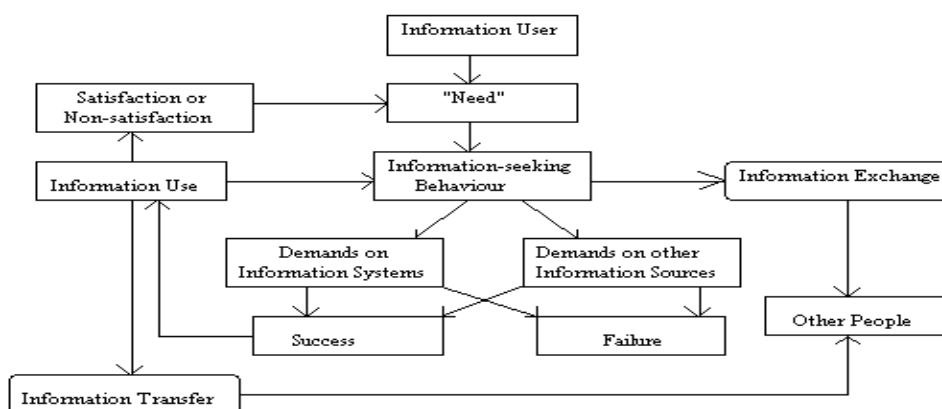
O usuário, nessa perspectiva, é quase que completamente destituído da condição de “sujeito”, assemelhando-se a um “processador de dados”. Isso porque é entendido em

termos de um “portador” de uma demanda (entendida, esta, como a ausência de um dado específico) e a sua satisfação como a entrega de um item documental a satisfazer essa demanda. Ao mesmo tempo, o sujeito é compreendido de forma absolutamente funcional, como uma peça numa engrenagem: um engenheiro que precisa concluir um projeto, um cientista que está redigindo um artigo, um professor que precisa preparar uma aula e assim sucessivamente.

Uma segunda abordagem de estudos de usuários desenvolveu-se por meio de diversos modelos que buscaram ver as etapas existentes e os fatores intervenientes entre a manifestação da necessidade de informação e o uso. Entre as etapas pode-se citar a seleção, exploração, coleta, diferenciação, extração e verificação; e entre os fatores, características emocionais, cognitivas, fisiológicas, ambiente de trabalho, ambiente cultural, entre outros. A base conceitual se situa, neste caso, em torno da noção de processo entre a necessidade e o uso, passando pela busca, e de uma dimensão cognitiva que determina todo o processo.

Essa segunda abordagem começa a ser delineada no final da década de 1970. Um dos trabalhos considerados fundamentais para sua consolidação é *On user studies and information needs*, de Tom Wilson, publicado em 1981. (BAWDEN, 2006). Por ser muito citado, por seu caráter pioneiro ao propor modelos de comportamento informacional, e por ter influenciado a configuração de todos os demais modelos cognitivistas que se seguiram, será ele a base da argumentação neste texto. O primeiro modelo proposto por Wilson é apresentado a seguir, na Figura 1.

Figura 1 - Primeiro modelo de etapas do comportamento informacional



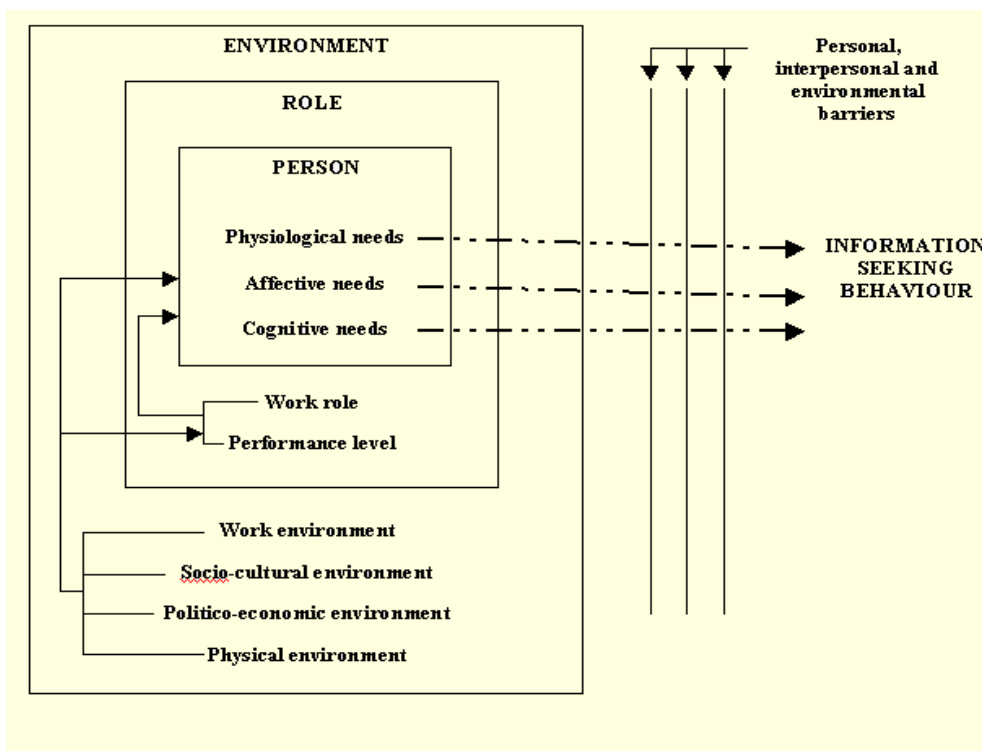
Fonte: Wilson (1981, p. 4).

Pode-se perceber, neste modelo, a ideia de um “mecanismo de ativação”, que inicia todo o processo de comportamento informacional, que é então decomposto em etapas sucessivas, marcadas sempre por uma dupla possibilidade relacionada ao “sucesso” ou ao “fracasso” dos objetivos da ação relacionada com cada etapa.

Note-se que, embora se apresente como um modelo “cognitivo” buscando superar as limitações do modelo anterior (vinculado apenas ao uso), o referencial de Wilson reproduz a lógica binária necessidade/busca, como uma aplicação do mecanismo estímulo-resposta da psicologia comportamental. A diferença aqui é o interesse em decompor as etapas que marcam esse processo de forma a ver o papel do sucesso e do fracasso, ou da demanda a tal tipo ou a tal tipo de recurso, como elementos intervenientes do processo.

No mesmo artigo, Wilson apresenta um terceiro modelo, no qual é possível identificar os fatores e dimensões que atuam no processo informacional, como pode ser visto na Figura 2.

Figura 2 - Segundo modelo de etapas do comportamento informacional



Fonte: Wilson (1981, p. 6).

Por um lado, é importante destacar a presença, neste segundo modelo de Wilson, de fatores variados, ligados a atributos da pessoa (psicológicos, afetivos, cognitivos), de

seu papel social (profissão, posição social) e aos ambientes (de trabalho, socioculturais, político-econômicos e físicos). Mas são, todos eles, trabalhados enquanto fatores intervenientes – portanto, externos aos sujeitos. Neste modelo, os usuários são como que “assujeitados” pelas condições externas que incidem sobre eles. As variáveis atuam de maneira a reforçar, enfraquecer ou redirecionar os estímulos inicialmente colocados como propulsores do processo de busca e uso da informação. Isso posto, caberia ao pesquisador não exatamente estudar essas dimensões (atributos da pessoa, do social etc.), mas apenas identificar (ou melhor, medir) seu grau de impacto em relação ao processo, a sua influência – melhor seria dizer a sua interferência. Eles não fazem parte, neste modelo explicativo, da própria constituição dos sujeitos, mas sim como algo externo. Portanto, embora se considere uma dimensão cognitiva, a dimensão propriamente humana dos usuários (seres simbólicos, seres sociais) continua sendo desconsiderada.

Deve-se destacar, contudo, que ainda no início da construção da perspectiva cognitivista, há alguns traços que apontam para uma certa preocupação com os contextos concretos em que ocorrem os fenômenos informacionais. Bawden (2006) dedica-se a analisar criticamente o já mencionado artigo de Wilson, apontado como ele como um texto fundamental no desenvolvimento dos estudos de usuários. Bawden identifica neste artigo um aspecto pioneiro nos estudos, a noção de “mundo da vida do usuário”, conceito filosófico trazido de Schutz, embora Wilson não o tenha desenvolvido no referido artigo. Bawden argumenta que tal ideia foi expressa, posteriormente, na Ciência da Informação, por Vakkari (com a ideia de “informação em contexto”), por Blair (com o conceito de “formas de vida” tomado de Wittgenstein) e por Savolainen, a partir do conceito de habitus de Bourdieu, já citado neste texto, e que terá impacto fundamental para a constituição da perspectiva das práticas informacionais.

Diversos modelos seguiram-se ao de Wilson, como o de Krikelas que prevê necessidades futuras ou imediatas, o de Dervin a partir da metáfora do sense-making, o do valor agregado de Taylor, o de oito etapas de busca de informação de Ellis, a abordagem baseada em processo de Kuhlthau entre muitos outros. (CUNHA; AMARAL; DANTAS, 2015; GONZÁLEZ TERUEL, 2005). Embora prevejam outras etapas ou outros direcionamentos, reproduzem o mesmo esquema teórico de Wilson e, portanto, consistem mais propriamente em modelos de consolidação da abordagem cognitivista do que em elementos de sua superação.

De todo modo, apesar de todos os elementos incluídos nos estudos cognitivistas, pode-se perceber que o usuário continua sendo compreendido numa lógica mecanicista, um ser que sofre os efeitos de forças externas que atuam sobre ele (as variáveis identificadas por Wilson). Ou, então, é apenas um ser “cognoscente”, isto é, um ser que acumula dados sobre a realidade externa e que, de tempos em tempos, conforme sente uma “lacuna” nesses dados, recorre a sistemas de informação para resolver a “anomalia”.

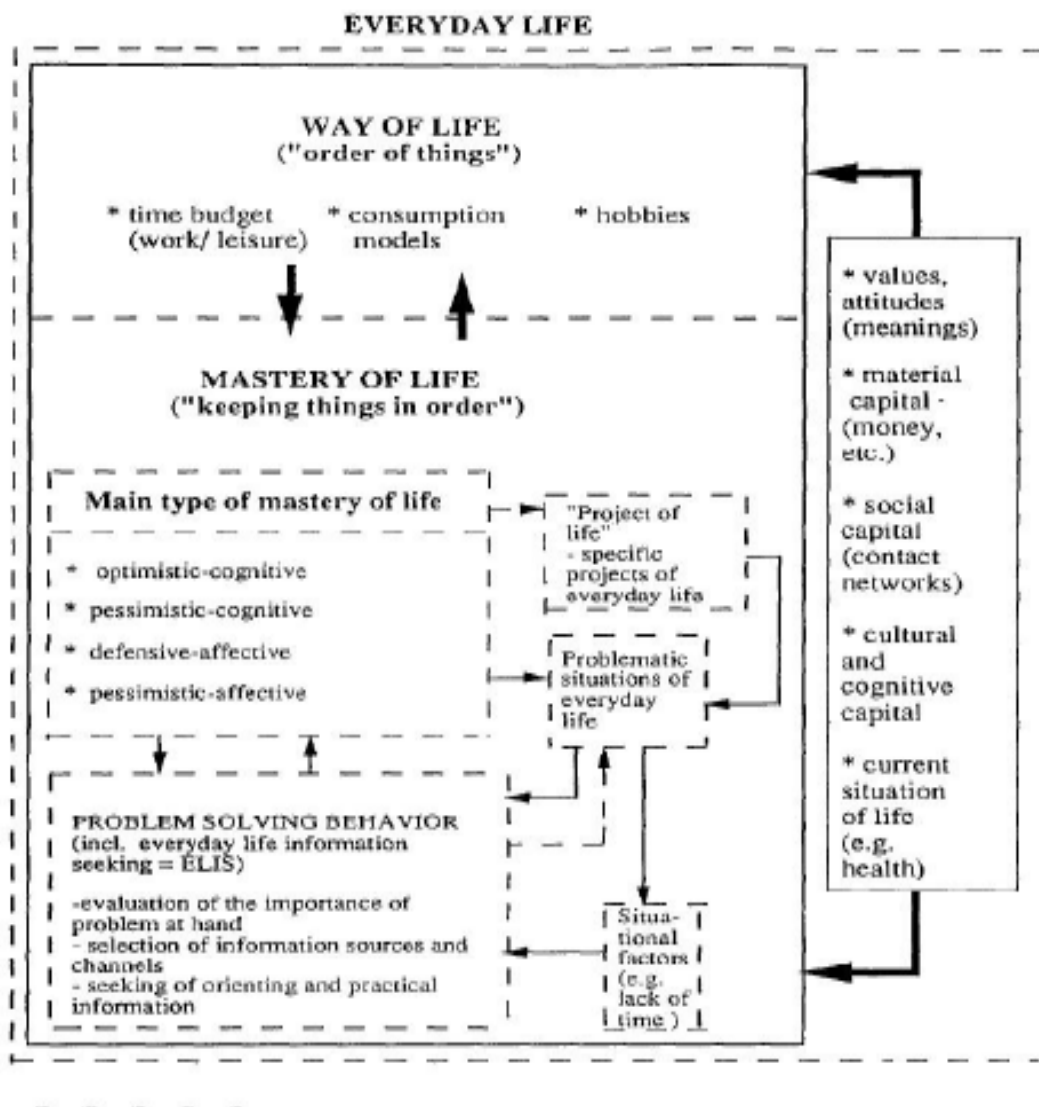
4 A PERSPECTIVA DAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS

Como uma alternativa ao caráter restritivo e “asfixiante” do conceito de “comportamento informacional” (um indivíduo que, a partir de um estímulo externo, procura um sistema de informação para satisfazer sua necessidade de informação), alguns pesquisadores do campo de estudos de usuários da informação propuseram o conceito de “prática informacional”, retomando a ideia de práxis como todo “[...] modo de agir no qual o agente, sua ação e o produto de sua ação são termos intrinsecamente ligados e dependentes uns dos outros, não sendo possível separá-los” (CHAUÍ, 1984, p. 20). O desenho dessa perspectiva consiste na aplicação de uma certa forma de compreender o sujeito e o processo de conhecimento, a partir dos movimentos teóricos e conceituais apresentados no tópico 2 deste texto.

Merece destaque nesse sentido o pioneiro modelo ELIS (everyday life information seeking) de Savolainen (1995). Ao propor uma certa complementaridade entre a dimensão formal (do trabalho, da ciência, da indústria) e as rotinas diárias da vida (os afazeres domésticos, o lazer), Savolainen abre o caminho para uma compreensão mais plural dos sujeitos – mais condizente àquilo que as pessoas efetivamente são. Mais do que isso, ele apresenta um modelo, como se pode ver abaixo, na Figura 3, que apresenta uma complementaridade também entre as instâncias individuais e as sociais, isto é, busca ver tanto o caráter ativo dos sujeitos como também as determinações que incidem sobre eles. Ao mesmo tempo, identificando como os sujeitos atuam face a estratégias distintas de “controle da vida” (relacionadas ao otimismo e ao pessimismo, ao cognitivo e ao afetivo) e mobilizando distintos recursos de capital social e cognitivo, o autor abre caminho para uma compreensão das instâncias

propriamente simbólicas que se relacionam aos fenômenos informacionais. Tais elementos são apresentados a seguir.

Figura 3 - Modelo ELIS



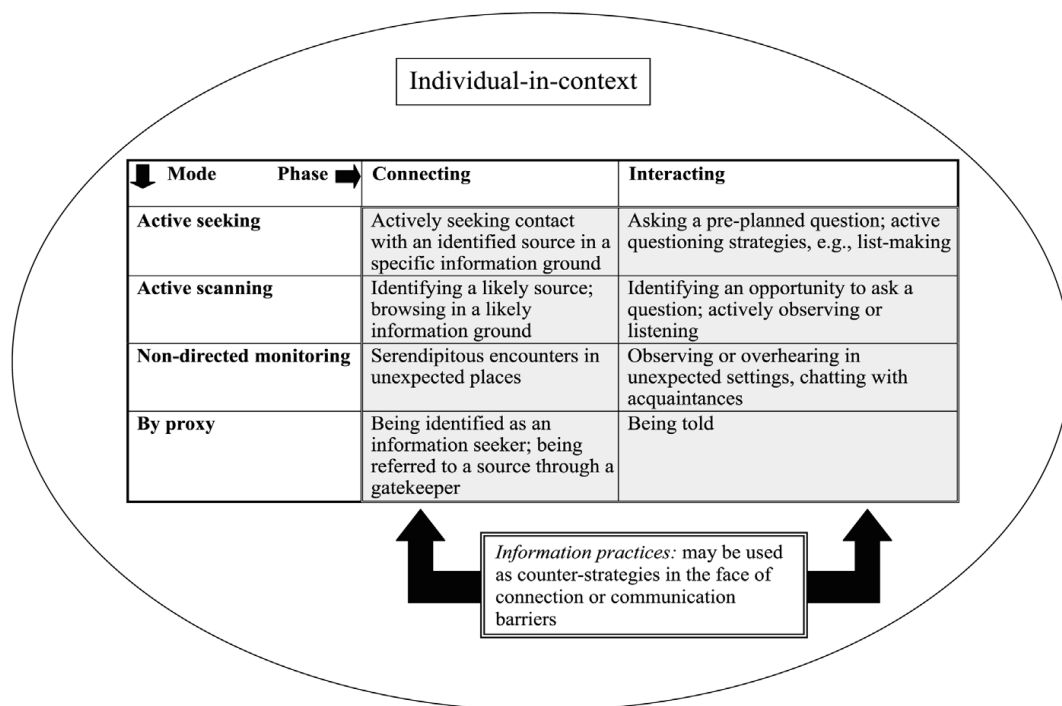
Fonte: Savolainen (1995, p. 268).

Uma tentativa de construção teórica desta abordagem, entre outras, é a de Tuominen e Savolainen (1997) a partir do entendimento do uso da informação como uma “ação discursiva”. Desde o ponto de vista do construcionismo social, os autores buscam compreender a linguagem em sua dimensão de construção da realidade. Buscar e usar informação consistem, nessa perspectiva, não apenas ações que sofrem influências dos elementos estruturantes da realidade social mas são, eles próprios, elementos conformadores desses elementos. Cada ação humana é também uma

interferência naquilo que nos condiciona. Supera-se o caráter isolacionista, monológico e mecânico da abordagem tradicional – caráter esse replicado no modelo cognitivista.

Desde então, vários estudos na linha do estudo de “práticas informacionais” vêm sendo desenvolvidos. Muitos tentaram continuar o processo de construção teórica e conceitual da proposta. Um exemplo é o trabalho de McKenzie (2003), que propõe que o termo “práticas informacionais” seria mais adequado do que “comportamento informacional” justamente para dar conta da dimensão não-diretiva, isto é, espontânea, casual, das ações das pessoas com relação à informação. A autora desenvolve a noção de “serendipity” – a possibilidade de se fazer descobertas importantes por acaso ou, no caso, encontrar determinados recursos informacionais relevantes sem estar procurando por eles. McKenzie busca analisar como situações inesperadas “convocam” os sujeitos e reinterpretar sua situação concreta, sua experiência, seus desejos e suas expectativas, construindo para tanto um modelo bidimensional com quatro fases: a busca ativa por informação, a varredura ativa, o monitoramento não dirigido (quando acontecem situações de serendipity) e a busca “por procuração”, isto é, por intermédio de outros sujeitos. Tal modelo é apresentado a seguir na Figura 4.

Figura 4 - Modelo bidimensional de práticas informacionais de McKenzie



Fonte: McKenzie (2003, p. 26).

Embora não utilize a expressão “práticas informacionais”, a pesquisadora Elfreda

Chatman apresenta um tipo de abordagem muito próxima, a partir de sua *theory of life in the round*. Articulando conceitos como os de “mundo restrito”, “normas sociais”, “visão de mundo” e “tipos sociais”, ela busca compreender como se dão, num ambiente com grande controle social e rotinas previsíveis (um presídio), as tentativas individuais de adaptação para sobrevivência e busca por segurança (CHATMAN, 1999). Ela se utiliza de alguns conceitos tomados de Berger e Luckmann sobre como se constroem os sentidos partilhados socialmente, dentro deles os “comportamentos apropriados ou adequados” e, ainda, dentro destes, os comportamentos de busca da informação apropriados – com a identificação dos limites em que as ações individuais devem ser mantidos, e as ocasiões excepcionais em que tais limites podem ser ultrapassados (no caso do estudo mencionado, quando a informação é percebida com algo crítico, como especialmente relevante e quando os limites do mundo restrito não se mostram suficientes). Tais concepções se constroem sobretudo pelo caráter reciprocamente referenciado das ações dos sujeitos: as pessoas tomam outras como exemplo, categorizando-as em determinados quadros de “legitimidade”, imitando determinadas ações, que passam a se constituir em modelos de ação cristalizados. A autora chega a fazer uma aproximação à ideia de “moda” em Simmel, fenômeno essencialmente cultural e construído a partir de processos de socialização.

Numa linha próxima desenvolveu-se a pesquisa de Harlan (2012) sobre adolescentes criadores de conteúdos (filmes, músicas, narração de histórias) em ambiente digital, por meio da teoria fundamentada. A pesquisadora identificou cinco “práticas de informação” desenvolvida pela comunidade estudada: conhecer a comunidade (as regras, as normas, os papéis), negociar a “estética” (desenvolver e representar suas identidades e gostos), a negociação do controle (de como criar conteúdo e publicar), a negociação das capacidades (habilidades para criar conteúdo) e a representação do conhecimento (resultado das três anteriores, produzindo a informação como um artefato, e também articulando as ações de refletir, modelar e compor). Essas práticas são atravessadas por três dimensões: as comunidades de prática, as experiências de informação (participação, inspiração, colaboração, processos e produtos) e ações de informação (obtenção, análise e criação de conteúdos). O mérito do trabalho da autora é apresentar um amplo panorama das distintas ações empreendidas pelos sujeitos e articulá-las às dimensões coletivas de aprendizado e, sobretudo, de “negociação”, isto é, de constituição coletiva dos processos e produtos.

Outra contribuição importante é a de Lloyd (2009). A autora apresenta uma distinção entre o que chama de teorias sociais tradicionais e teorias das práticas ou praxiológicas. Ela aponta que, embora essa segunda possibilidade ainda seja pouco conhecida no campo da ciência da informação, ela pode ser extremamente útil para a análise de aspectos da realidade humana como a subjetividade, a intersubjetividade, a construção do significado, a racionalidade, entre outros. Embora a noção de “prática” remonte a Aristóteles, a autora aponta que, no campo da teoria cultural, seus precursores são Bourdieu, com sua teoria do campo, e Giddens, com sua teoria da estruturação. Ainda assim, a autora desenvolve sua reflexão a partir de outra contribuição, a ideia de ontologias contextuais (site ontologies) de Schatzki, isto é, uma compreensão de que a vida social existe, e se atualiza, sempre no interior de um contexto, está imbricada a ele. A crítica de Schatzki é aos autores que promoveram uma certa separação entre o sujeito e o mundo. Em sua visão, sujeito e mundo estão sempre conectados por meio de “práticas” como vestir, comer, falar, caminhar, trabalhar, estudar, etc. Em seu estudo sobre a competência informacional, a autora identifica que as habilidades também são um produto social, e reflete os aspectos sociais, históricos e políticos de um contexto específico.

No contexto ibero-americano, merece destaque a criação de um grupo de pesquisa voltado para os estudos de usuários da informação, mas com uma proposta de trabalhar e desenvolver o conceito: trata-se do grupo EPIC, Estudos em Práticas Informacionais e Cultura, composto por pesquisadores brasileiros (Adriana Bogliolo Sirihal Duarte, Carlos Alberto Ávila Araújo, Cláudio Paixão Anastácio de Paula e Eliane Cristina de Freitas Rocha), do Uruguai (Martha Sabelli), da Espanha (Aurora González-Teruel) e da Argentina (Silvia Albornoz). Embora o grupo não tenha ainda efetivado uma pesquisa unificada, ele vem se construindo a partir de debates, intercâmbios e da realização de pesquisas com distintas realidades empíricas na forma de investigações de mestrado e doutorado, além de uma preocupação com o ensino da disciplina usuários da informação no âmbito da graduação e da pós-graduação (SIRIHAL DUARTE et al, 2016).

Na abordagem pelo conceito de práticas há, pois, uma progressiva aproximação ao que é propriamente humano nos usuários da informação: a sua capacidade imaginativa, criadora, na apropriação da informação; e a dimensão coletiva do seu “existir”, constituidora de todos os seus atos, entre os quais aqueles ligados à informação (ARAÚJO, 2012).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso do conceito de práticas informacionais em investigações recentes não pretende, de forma alguma, suplantar as pesquisas desenvolvidas a partir das perspectivas do “uso” e do “comportamento informacional”. Pesquisas mais orientadas por um caráter utilitário e/ou aplicado continuam sendo necessárias. O que se espera com o desenvolvimento de um novo conceito, e do movimento reflexivo que o acompanha, é iluminar determinados aspectos da realidade, determinadas problemáticas, que até então não vinham sendo estudadas (ou suficientemente estudadas). A emergência de um novo conceito, com todas as suas distintas manifestações, vem atestar sobretudo a riqueza e a complexidade do campo do real, um real que sempre se coloca como um desafio para a pesquisa científica. Isso se verifica de forma ainda mais incisiva no campo de estudos de usuários da informação, que lida com objetos que são também sujeitos (os usuários) que utilizam dispositivos em constante mudança (as técnicas e tecnologias informacionais) para lidar com algo de natureza fluida e cambiante - a informação, entendida como “objeto cultural” (GIDDENS, 1999). O campo de estudos de usuários torna-se mais rico justamente com a convivência de distintas possibilidades de estudo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. Á. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 145-159, jan./abr. 2012.

ARAÚJO, C.A.Á. Estudos de usuários da informação: comparação entre estudos de uso, de comportamento e de práticas a partir de uma pesquisa empírica. **Informação em Pauta**, v. 1, n. 1, p. 61-78, 2016.

BAWDEN, D. Users, user studies and human information behaviour: a three-decade perspective on Tom Wilson’s “On user studies and information needs”. **Journal of Documentation**, [S.l.], v. 62, n. 6, p. 671-679, 2006. Disponível em: <http://www.city.ac.uk/_data/assets/pdf_file/0006/79800/users20paper.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano 1: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHATMAN, E. A theory of life in the round. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 50, n.3, p. 207-217, 1999.
- CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CORCUFF, P. **As novas sociologias: construções da realidade social**. Bauru: Edusc, 2001.
- CORRÊA, E. C. Usuário, não! Interagente: proposta de um novo termo para um novo tempo. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 19, n. 41, p. 23-40, set./dez. 2014.
- CUNHA, M. B.; AMARAL, S. A.; DANTAS, E. B. **Manual de estudo de usuários da informação**. São Paulo: Atlas, 2015.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- GIDDENS, A. Estruturalismo, pós-estruturalismo e a produção da cultura. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Orgs). **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, 1999, p. 281-320.
- GONZÁLEZ TERUEL, A. **Los estudios de necesidades y usos de la información: fundamentos y perspectivas actuales**. Gijón: Trea, 2005.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.
- HARLAN, M. A. **Information practices of teen content creators: the intersection of action and experiences - a grounded theory study**. Tese – Doutorado em Sistemas de Informação. Queensland: Queensland University of Technology, 2012.
- HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LALLEMENT, M. **História das ideias sociológicas: de Parsons aos contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- LINE, M. Draft definitions: information and library needs, wants, demands and uses. **Aslib Proceedings**, v. 26, n. 2, feb. 1974.
- LLOYD, A. Framing information literacy as information practice: site ontology and practice theory. **Journal of Documentation**, v. 66, n. 2, 2010, p. 245-258.
- McKENZIE, P. A model of information practices in accounts of everyday-life information

seeking. **Journal of Documentation**, [S.l.], v. 59. n. 1, p. 19-40, 2003. Disponível em: <http://publish.uwo.ca/~pmckenzi/McKenzie_J.Doc_2003.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

PIAGET, J. **A construção do real na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

SAVOLAINEN, R. Everyday life information seeking: approaching information seeing in the context of way of life. **Library and Information Science Research**, [S.l.], n. 17, p. 259-294, 1995.

SAVOLAINEN, R.; DERVIN, B. (Orgs.). **Information seeking in context**. Londres: Taylor Graham, 1997. p. 67-80.

SIRIHAL DUARTE, A.; SABELLI, M.; GONZÁLEZ TERUEL, A.; ROCHA, E.C.F.; ARAÚJO, C.A.Á. Práticas pedagógicas na área de usuários da informação em três universidades ibero-americanas. In: XI Encontro de Diretores e X Encontro de Docentes de Escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação do Mercosul, 2016. **Anais...** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2016, p. 596-609. Disponível em: <http://mercosur2016.eci.ufmg.br/wp-content/uploads/2016/10/AnaisMercosur5.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

TALJA, S. Constituting “information” and “user” as research objects: a theory of knowledge formations as an alternative to the information-man theory. In: VAKKARI, P.; TUOMINEN, K.; SAVOLAINEN, R. A social constructionist approach to the study of information use as discursive action. In: VAKKARI, P.; SAVOLAINEN, R.; DERVIN, B. (Orgs.). **Information seeking in context**. Londres: Taylor Graham, 1997, p. 81-96.

TUOMINEN, K.; TALJA, S.; SAVOLAINEN, R. Discourse, cognition and reality: toward a social constructionist metatheory for library and information science. In: BRUCE, H. et al (Orgs.). **Emerging frameworks and methods**. Greenwood Village: Libraries Unlimited, 2002, p. 271-283.

WACQUANT, L. Habitus. In: CATANI, A. et al (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 213-217.

WILSON, T. D. On user studies and information needs. **Journal of Documentation**, [S.l.], v. 37, n.1, p. 3-15, 1981. Disponível em: <<http://www.informationr.net/tdw/publ/papers/1981infoneeds.html>>. Acesso em: 20 ago.2017.

SOBRE O AUTOR

Carlos Alberto Ávila Araújo

Escola de Ciência da Informação da UFMG

Doutor em Ciência da Informação (2005) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Mestre em Comunicação Social

E-mail: casal@eci.ufmg.br

Recebido em: 21/03/2017; **Revisado em:** 20/04/2017; **Aceito em:** 23/05/2017.

Como citar este artigo

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que são “Práticas Informacionais”? **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, número especial, p. 217-236, out. 2017.